

# ONGD

PLATAFORMA . PORTUGUESA

## **PARCERIAS NA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**

SET/OUT 2016

NÚMERO 11

# ÍNDICE

O CONTEÚDO EDITORIAL DA REVISTA  
É DA TOTAL RESPONSABILIDADE DA  
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD.

## COLABORAÇÕES NESTA EDIÇÃO

ALFREDO HANDEM, CARLA PAIVA, CARLOS  
SANGREMAN, INÊS JÁCOME, PAULO  
RAMALHO, PEDRO KRUPENSKI, MIGUEL  
SILVA, EQUIPA DO PROJECTO SINERGIAS

**COORDENAÇÃO EDITORIAL** ANA FILIPA  
OLIVEIRA

**REVISÃO** PAULA AÇO, CÉSAR NETO E  
LUCIANA ALMEIDA

**DESIGN GRÁFICO** ANA GRAVE

**ISSN** 2182-8199

**CONTACTOS** PLATAFORMA PORTUGUESA  
DAS ONGD / RUA APRÍGIO MAFRA, Nº17,  
3º DTO / 1700-051 LISBOA / PORTUGAL /  
TLF +351 218872239 / FAX +351 218872241 /  
SKYPE PLATAFORMAPORTUGUESADASONGD  
/ INFO@PLATAFORMAONGD.PT /  
WWW.PLATAFORMAONGD.PT

**PEDRO CRUZ** DIRECTOR EXECUTIVO /  
PEDRO.CRUZ@PLATAFORMAONGD.PT

**CÉSAR NETO** RESPONSÁVEL DE  
COMUNICAÇÃO /  
CESAR.NETO@PLATAFORMAONGD.PT

**PAULA AÇO** RESPONSÁVEL FINANCEIRA  
E ADMINISTRATIVA /  
PAULA.ACO@PLATAFORMAONGD.PT

**LUCIANA ALMEIDA** ASSISTENTE DE  
PROJECTO /  
LUCIANA.ALMEIDA@PLATAFORMAONGD.PT

ESTA EDIÇÃO FOI ESCRITA AO ABRIGO DO ANTIGO  
ACORDO ORTOGRÁFICO.

[ILUSTRAÇÃO DA CAPA]

**OS DIAS DO DESENVOLVIMENTO 2010.**  
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

## 3 EDITORIAL

## 4 DOSSIER ‘PARCERIAS NA COOPERAÇÃO’

## 14 EM REDE

## 16 BOAS PRÁTICAS

## 18 AJUDA HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA

## 20 PUBLICAÇÕES

## 21 AGENDA

Reunir forças, juntar vontades em torno de algo em comum. É esta a noção básica de parceria a que dedicamos o dossier especial nesta edição da Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD. Num mundo cada vez mais interligado, interdependente e complexo como o actual, torna-se cada vez mais premente falar em parcerias diversas para delinear estratégias comuns, seja entre ONGD – de diferentes geografias –, seja com outros, como as universidades, os municípios ou as empresas privadas.

Falar hoje em beneficiários e em caminhos trilhados em sentido único é quase anacrónico. De facto, nas últimas décadas assistiu-se a uma evolução semântica (também em Portugal), na qual o termo “parceiro” na Cooperação para o Desenvolvimento veio substituindo progressivamente a ideia de beneficiários, ou seja, de organizações meramente receptoras, cristalizadas, estanques.

As parcerias entre ONG do dito Norte e do Sul são hoje mais dinâmicas e, idealmente, partilham a busca da igualdade no diálogo interpares. Referimos “idealmente”, pois temos a noção de que muitas destas parcerias são (ainda) criadas e formalizadas por requerimento e exigência, por exemplo, de financiadores.

A parceria, para resultar e ser eficaz, deve partir de um estímulo interno às organizações em torno de um objectivo comum. É essa a base de entendimento, seja de um tipo de parceria limitada no tempo que se desmoronam no fecho do ciclo de projecto, seja de outro tipo de parcerias mais duradouras em torno de processos de longo prazo.

Nesta edição, integramos um leque diversificado de contribuições e de perspectivas sobre o papel das parcerias na Cooperação para o Desenvolvimento. Não nos cingimos à reflexão sobre as parcerias entre organizações da sociedade civil. Desafiámos também outros a partilhar a sua visão sobre as mais-valias e desafios das parcerias *com* as organizações da Sociedade Civil.

No artigo de abertura, o Presidente da Plataforma Portuguesa das ONGD, Pedro Krupenski, sublinha a neces-

sidade de garantir a apropriação local dos projectos e iniciativas de Cooperação para o Desenvolvimento, ou seja, trabalhar *com* as pessoas. Refere ainda a pertinência de as ONGD se articularem com o sector privado, a academia e as autarquias, enumerando o caminho que a Plataforma Portuguesa das ONGD tem vindo a trilhar nesse sentido.

O vice-presidente do Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, Carlos Sangreman, enumera as vantagens das parcerias entre organizações da sociedade civil e as instituições académicas, partindo da premissa de que o “core business” é naturalmente diferente. Ainda sobre a articulação entre ONGD e universidades, apresentamos na rubrica de Boas Práticas o projecto *Sinergias ED*, que surgiu da colaboração entre o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e a Fundação Gonçalo da Silveira.

Sobre o trabalho em rede entre municípios, o Vereador das Relações Internacionais da Câmara Municipal da Maia e Vice-presidente da Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, Paulo Ramalho, sublinha o papel destas articulações na Cooperação Descentralizada e da tendência de trabalhar cada vez mais em rede.

Também as parcerias com o sector privado são objecto de análise nesta edição. Inês Jácome, do Grupo de Trabalho das Multilaterais AICEP – GPEAR, enumera algumas experiências levadas a cabo entre ONGD e empresas.

Na rubrica Em Rede, Miguel Silva, Programme Manager - Global Education do Centro Norte Sul apresenta a experiência e a estratégia de parcerias do Centro Norte-Sul.

O dossier termina com a habitual entrevista, desta vez, ao sociólogo guineense Alfredo Handem sobre as responsabilidades e competências nas parcerias entre as ONG do chamado Norte e do Sul.

DIRECÇÃO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD



## PARCERIAS NA COOPERAÇÃO

**PEDRO KRUPENSKI**

PRESIDENTE DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

Este título é claramente um pleonismo.

Com efeito, a referência a “parceria” e “cooperação” na mesma frase é (deve ser!) uma redundância. Apesar de nem sempre assim ter sido, desde muito cedo que as ONGD compreenderam que para cumprir um dos seus mais importantes objetivos – erradicar a pobreza à escala global – precisam desde logo e para o efeito de actuar com aqueles a que se dispõem retirar da situação da pobreza. Não basta trabalhar para as pessoas em situação de pobreza, mas trabalhar com elas e isso significa, com elas identificar os problemas, com elas procurar as soluções adequadas e, com elas, implementá-las. Isto é a apropriação. Sem ela, não há parceria e sem esta não há cooperação.

‘A REFERÊNCIA A “PARCERIA”  
E “COOPERAÇÃO” NA  
MESMA FRASE É (DEVE SER!)  
UMA REDUNDÂNCIA’

Esta relação não se impõe. Surge naturalmente assente em pilares de confiança mútua, relação horizontal e trabalha-se sobre ela, consolidando-a e tornando-a fecunda. Deve ser uma relação orientada para o bem de todos e equilibrada, isto é, ambas as partes têm que

nela desempenhar um papel activo e colaborativo. Tem que ser de mútuo benefício, sob o risco de uma das partes acabar por se sobrepor à outra pondo, em causa a relação e o fim comum.

Muitos têm sido e continuam sendo os tipos de parceria que as ONGD têm levado a cabo na prossecução dos seus fins sociais. Podemos olhar para elas atendendo à dimensão geográfica, tendo em conta o tipo de organização parceira e considerando a forma como surgem.

Sem a pretensão de esgotar o tema, gostaríamos de deixar aqui algumas notas para reflexão: muitas ONGD têm parcerias longas e consolidadas com diferentes Organizações da Sociedade Civil (OSC) dos países onde actuam. A sociedade civil organizada local tem o necessário conhecimento e proximidade da população destinatária da acção da ONGD pelo que, com esta mais-valia, melhor que ninguém pode trazer à relação de parceria a garantia de que os destinatários da acção serão auscultados (na identificação do problema e das suas soluções) e serão envolvidos na resolução dos seus próprios problemas. São assim o principal stakeholder, não podendo, por isso, ficar de fora, já que garantem a continuidade da acção e dos seus efeitos após a saída da ONGD parceira no final do processo/projecto. Neste caso, o benefício não deve ser mútuo, mas triplo: de ambas as organizações parceiras e, mais importante, dos destinatários da acção.

Muitas ONGD têm parcerias<sup>1</sup> com organizações congêneres nacionais, europeias e de outros continentes. Es-



tas não representam as sociedades civis locais dos países onde as ONGD actuam, mas trazem outros valores necessários para atingir o fim pretendido. Muitas vezes, esse valor acrescentado não vem de uma organização congénere, mas de um outro tipo de organização: academia, autarquia, empresa, etc. Nenhuma ONGD tem em si todo capital de conhecimento e experiência exigido por uma abordagem integrada e sustentável. Assim, cumprindo o velho brocardo segundo o qual “a união faz a força”, unem-se esforços para fins comuns. Se, por exemplo, se visa a resolução de problemas de saneamento e acesso a água potável, faz sentido construir uma parceria que congregue a especialidade na construção de infraestruturas de água e saneamento de uma determinada organização com outra que tenha experiência em educação e formação das populações para um correto e sustentável uso dos sistemas de saneamento, fornecimento, armazenamento e gestão da água.

‘DEVE SER UMA RELAÇÃO ORIENTADA PARA O BEM DE TODOS E EQUILIBRADA, ISTO É, AMBAS AS PARTES TÊM QUE NELA DESEMPENHAR UM PAPEL ACTIVO E COLABORATIVO’

Contudo, algumas vezes estas parcerias (ainda que acabem por resultar) são apressadas pelas exigências formais de alguns financiadores bi e multilaterais. Não é que as parcerias sejam criadas de forma artificial apenas para as candidaturas a financiamento, todavia, às vezes, são pressionadas pelo inexorável calendário das candidaturas, por vezes incompatível com uma construção saudável, paulatina e equilibrada de parcerias. Reconhecendo as vantagens e a necessidade das parcerias na cooperação, alguns financiadores passaram – e bem – a exigir-las como critério de elegibilidade e de acesso aos fundos. É justo e necessário. Porém, nem em todos os casos a dimensão obrigatória da parceria é adequada ao fim pretendido. Por exemplo, durante algum tempo (e ainda actualmente para alguns lotes) a linha de financiamento de projectos de Educação para o Desenvolvimento (ED) da EuropaAid exige uma parceria mínima de 10 organizações de, pelo menos, 10 Estados Membros da União Europeia (UE). Existem muitos temas objecto de ED, inclusivamente reconhecidos como tal pela UE que carecem de abordagens muitíssimo distintas nos diferentes Estados Membros da UE e, como tal, muitas vezes as

parcerias construídas neste contexto são uma manta de retalhos e não um agregado de distintas mais-valias destinado a um fim comum. São pois parcerias um pouco artificiais que despendem de muitos recursos e não são – muitas vezes – as mais impactantes junto daqueles que são os beneficiários finais destas acções.

Embora já existissem algumas parcerias entre sector privado e ONGD na cooperação, a verdade é que, mais recentemente, em 2011 em Busan, Coreia do Sul, no 4.º Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Cooperação para o Desenvolvimento, o sector privado entrou no sector da cooperação como actor por direito próprio e, desde logo, ambos os sectores encetaram processos de reflexão sobre como deveriam funcionar estas parcerias. A Plataforma Portuguesa das ONGD, a nível europeu, foi nisso pioneira pois muito cedo, neste processo, negociou com uma estrutura representativa de empresas (a ELO) o que conjuntamente designou de Termos de Engajamento, um documento que define os princípios e os termos gerais em que devem assentar uma parceria entre uma empresa e uma ONGD para a cooperação. Se as parcerias com o sector privado faziam sentido naquele contexto, mais fazem agora face aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que foram aprovados como a nova referência global para a luta contra a pobreza e o combate às desigualdades a nível global. Colocando o sector privado num lugar de grande responsabilidade para o cumprimento dos ODS, assenta esta nova agenda na horizontalidade entre as dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento. Se as ONGD estão bem colocadas para assegurar a dimensão social, as empresas estão para garantir a económica. É fundamental a parceria para que não caiamos no mesmo erro das últimas décadas: a hegemonia da dimensão económica em detrimento das restantes. É que não há desenvolvimento sem pessoas (dimensão social) e sem recursos naturais (ambiente) e apenas com a economia. É, pois, por demais evidente a necessidade das parcerias, designadamente entre empresas e ONGD, mas também entre ONGD e academia, entre ONGD e poderes locais, ONGD e congéneres, em suma, é necessária a aliança equilibrada, fecunda e duradoura entre pessoas para garantir o respeito pela sua dignidade e o rompimento do ciclo da pobreza. Como diz Bill Gates “criamos um futuro sustentável quando investimos nos pobres, e não quando insistimos no seu sofrimento”.

<sup>1</sup> ALÉM DAS PARCERIAS, AS ONGD TÊM RELAÇÕES DE OUTRO TIPO COM DOADORES E MECENAS, FORNECEDORES DE BENS E PRESTADORES DE SERVIÇOS, COM AUTORIDADES LOCAIS E NACIONAIS PÚBLICAS OU NO ÂMBITO DE REDES QUE INTEGRAM, PARTICIPAM OU PROMOVEM.

## ACADEMIA

# AS UNIVERSIDADES E AS ONGD NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

**CARLOS SANGREMAN**

PROFESSOR UNIVERSITÁRIO E VICE-PRESIDENTE DO  
CESA-ISEG/ULISBOA

As universidades e as ONGD são instituições cujos “core business” é diferente. As primeiras investigam e ensinam a partir de um dado nível e as segundas promovem o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento. Esta tem de ser a base para pensar como os actores sociais intervêm na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e se podem relacionar entre si.

Um bom exemplo com outros actores são as empresas cujo “core business” é ter lucro (tirado do valor acrescentado que geram com os recursos humanos, financeiros, de conhecimento, físicos e organizacionais a que tem acesso) e o esquecimento desta base tem levado a impasses e a tentativas pouco sucedidas de relação com a Cooperação sozinhas ou envolvendo outros actores, incluindo as ONGD.

As universidades podem estabelecer uma relação com as ONGD e vice-versa mais na base da investigação do que do ensino.

‘AS UNIVERSIDADES PODEM  
ESTABELECEER UMA RELAÇÃO  
COM AS ONGD E VICE-VERSA  
MAIS NA BASE DA INVESTIGAÇÃO  
DO QUE DO ENSINO’

Com efeito a actividade em projectos de ensino superior ou de formação de professores, mesmo de outros níveis, feita pelas universidades, obedece sempre aos requisitos que as configuram assentes na fidelidade ao conhecimento produzido internacionalmente (os paradigmas) e ao cumprimento de regras e de critérios que não são questionados nem alterados a não ser em processos muito longos e pesados pelas entidades locais. O centro é a transmissão de conhecimento e a validade da prática local é secundarizada a favor do conhecimento estabelecido na área de saber por aqueles que escrevem sobre a mesma e pelos modelos de metodologias de ensino definidos nos países com universidades com dezenas de anos. As ONGD com uma prática de adaptabilidade às situações dos países onde trabalham e às exigências dos financiadores tem uma flexibilidade muito maior na adaptação às condições locais que as universidades consideram negativa.

‘POR PARTE DAS ONGD A  
LIGAÇÃO ÀS UNIVERSIDADES  
PERMITE TER UMA COERÊNCIA  
MAIS SÓLIDA NA SUA PRÁTICA,  
APROFUNDANDO A RAZÃO DE  
SER DAQUILO QUE FAZEM’

Mas para a investigação essa flexibilidade é fundamental não só para obter dados que permitam validar as hipóteses e responder às questões que as universidades pensam e com as quais as ONGD se deparam na prática, mas também para fazer evoluir o conhecimento teórico estabelecendo uma relação com a realidade que os investigadores em ciências sociais tem de tomar sempre em consideração. Por parte das ONGD a ligação às universidades permite ter uma coerência mais sólida na sua prática, aprofundando a razão de ser daquilo que fazem e diminuindo o peso das motivações demasiado simples ou demasiado ligadas à acção social caritativa laica ou religiosa. Tal consciência é fundamental para entender a sociedade dos países onde actuam e a lógica própria de comportamento dos grandes financiadores bilaterais e multilaterais.

Ou seja tentar não ser levados mas sim procurar o seu próprio caminho.



ENCONTRO DA REDE INTERMUNICIPAL DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO.  
IMVF E CAMÕES, I.P.



## MUNICÍPIOS O PAPEL DOS MUNICÍPIOS ENQUANTO ACTORES E PARCEIROS DA COOPERAÇÃO

PAULO RAMALHO

VEREADOR DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA E VICE-PRESIDENTE DA REDE INTERMUNICIPAL DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Detentores de uma longa experiência de relacionamento com regiões e municípios estrangeiros, os municípios portugueses são hoje actores principais da chamada cooperação descentralizada. De tal forma que o próprio Governo nacional o reconheceu de forma expressa em 2014, no âmbito da apresentação do documento “Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa para o Período 2014-2020”.

Com efeito, desde há muito que por via de relações de gemação e de protocolos de amizade, que os municípios nacionais vêm partilhando as mais diversas acções nos domínios da cultura, da educação, do desporto, da solidariedade e mesmo da economia e da governação, com territórios de outros países, e designadamente com autoridades locais de países de língua oficial portuguesa. Acções estas que vêm assumindo de forma crescente, a dimensão e o estatuto de verdadeiras acções de cooperação para o desenvolvimento, capazes de contribuir para a redução da pobreza e para o reforço da sustentabilidade dos territórios beneficiários.

Sendo que os municípios nacionais, mesmo com recursos escassos, por força da experiência e das competências que foram acumulando, e da sua constante proximidade com o território, têm hoje uma capacidade de identificar problemas e construir soluções, que lhes permitem maximizar os resultados das iniciativas de desenvolvimento em que se envolvem, bem como mobilizar a própria socie-

dade civil, as suas organizações e empresas para as mesmas, quer pela via de acções de sensibilização e de educação para o desenvolvimento, quer pela participação activa em projectos de cooperação.

Acções no domínio da boa governação, de processos de descentralização e desenvolvimento local, do ordenamento e gestão do território, são aliás áreas de exportação de experiência e conhecimentos que os nossos municípios podem facilmente assumir sem recurso a grandes fundos, e que acrescentarão seguramente grande valor a muitos dos territórios beneficiários.

E se é verdade que no passado, os municípios actuavam quase sempre de forma isolada, hoje já o fazem frequentemente integrados em redes, não só com outros municípios, mas também em parceria com ONGD, o que lhes permite desenvolver acções de cooperação de forma mais capacitada, de maior ambição e dimensão, e acima de tudo, fazendo um melhor aproveitamento dos recursos. Evitando assim competições estéreis, réplicas inúteis, fazendo antes uso do melhor de cada um, numa verdadeira relação de divisão do trabalho, de partilha de responsabilidades, em razão de uma ideia de complementaridade e da procura do bom resultado.

‘SE É VERDADE QUE NO PASSADO,  
OS MUNICÍPIOS ACTUAVAM  
QUASE SEMPRE DE FORMA  
ISOLADA, HOJE JÁ O FAZEM  
FREQUENTEMENTE INTEGRADOS  
EM REDES’

Refira-se a propósito, que foi na concretização desta mesma ideia que nasceu e vive a própria “RICD-Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento”, actualmente constituída pelos Municípios de Odivelas, Loures, Palmela, Faro, Amadora, Seixal, Oeiras, Cascais, Setúbal, Alfandega da Fé, Moita, Marinha Grande, Estarreja, Miranda do Corvo, Grândola, Ourém e Maia.

Na verdade, foi a própria ONGD Instituto Marquês de Valle Flor, que no âmbito do projecto *Redes para o Desenvolvimento – da gemação a uma cooperação mais eficiente* deu o impulso decisivo para que os municípios se associassem em torno dessa estrutura intermunicipal direccionada para a cooperação, e que hoje se mantém ainda como seu principal parceiro estratégico.

## EMPRESAS

# PARCERIAS ENTRE ONGD E EMPRESAS NO ÂMBITO DO MERCADO DAS MULTILATERAIS

INÊS JÁCOME

AICEP (GRUPO DE TRABALHO DAS MULTILATERAIS AICEP – GPEARI)

***As parcerias entre ONGD e empresas são determinantes no âmbito do mercado das multilaterais, beneficiando todos - ONGD, empresas, locais e a multilateral financiadora.***

O volume das oportunidades de negócio e de financiamento providenciadas pelas multilaterais (Bancos de Desenvolvimento/IFIs, União Europeia e Nações Unidas) não tem paralelo no mercado. E as parcerias são um factor crítico de sucesso para explorar estas oportunidades, quando contribuem para a efectiva valorização das propostas, com complementaridade de experiências e valências.

A missão e a visão das Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento (ONGD) e das empresas são distintas à partida, potenciando parcerias para maximizar o acesso ao mercado das multilaterais com benefícios comuns.

Para as ONGD, as empresas aportam soluções para necessidades identificadas e o desenvolvimento do sector privado (emprego, disponibilidade de bens e serviços, formação, transferência de tecnologia, etc.). As empresas reforçam os resultados da intervenção das ONGD no terreno e junto das populações locais, viabilizando e trazendo sustentabilidade às iniciativas, que são factores ponderados pelas multilaterais financiadoras.

Para as empresas, as ONGD trazem um enquadramento de operação diferenciado e uma presença mais próxima dos locais, bem como competências específicas, como seja nas

componentes social, humana e ambiental. As ONGD permitem às empresas dar resposta a determinados requisitos de concursos e apresentar projectos com um maior impacto no desenvolvimento, e logo mais valorizados pelas multilaterais.

Alguns exemplos de parcerias foram partilhados, a 7 de Junho, na acção da Plataforma Portuguesa das ONGD e do Grupo de Trabalho das Multilaterais (AICEP + GPEARI-Ministério das Finanças), que promove e presta apoio à participação de empresas, consultores e outras entidades portuguesas no mercado das multilaterais. As apresentações dessas experiências podem ser consultadas **aqui**, traduzindo-se, muito sinteticamente, nos seguintes casos:

- Projecto Saúde para Todos, de São Tomé e Príncipe, onde uma empresa (PT) faculta a solução (de telemedicina) que viabiliza/revoluciona o projecto (de prestação de cuidados de saúde) da ONGD (IMVF);
- Projecto de Assistência Técnica à Direcção Nacional de Águas, de Angola, onde as empresas (AdP Internacional e OGIMA-TECH) e as ONGD (TESE) apresentam uma proposta em conjunto a um concurso de multilateral, valorizando a mesma e permitindo que esta seja seleccionada;
- ONGD MONTE e CRP-SA (Alentejo e Santo Antão), onde um projecto de cooperação entre as ONGD promove o envolvimento de empresas das suas regiões de origem;
- Consórcio OIKOS/PositiveGravity, onde a ONGD (OIKOS) conta com a parceria de uma empresa (PositiveGravity), para dar resposta a uma necessidade identificada no mercado (sustentabilidade do sector bananeiro e a redução da pobreza em Piura, Peru) e para o desenvolvimento do seu projecto.

‘AS PARCERIAS SÃO DA MAIOR RELEVÂNCIA, PRESSUPONDO OS ODS UM MAIOR ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL E DO SECTOR PRIVADO’

Em conclusão, entendemos que a temática das parcerias é da maior relevância, pressupondo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável um maior envolvimento da sociedade civil e do sector privado, incluído no âmbito das multilaterais.



# Diálogos sobre la Implementación de la Agenda Post 2015

Los diálogos se centran en 6 áreas:



Localising the post-2015 development agenda

Go to Consultation



Helping to strengthen capacities and build effective institutions

Go to Consultation



Participatory Monitoring for Accountability

Go to Consultation



Partnerships with civil society and other actors

Go to Consultation



Engaging with the Private Sector

Go to Consultation



Culture and development

Go to Consultation



SERVIÇOS  
SOCIAIS  
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

1941  
2011  
70ANOS





# À CONVERSA COM...

## ALFREDO HANDEM

SOCIÓLOGO, GUINÉ-BISSAU

ENTREVISTA REALIZADA POR  
ANA FILIPA OLIVEIRA  
INVESTIGADORA NA ACEP

### COMO VÊ AS PARCERIAS COM AS ORGANIZAÇÕES DO CHAMADO ‘NORTE’?

As parcerias entre as organizações do Norte e as do Sul têm inúmeras vantagens. Permitem, por um lado, uma passagem rápida de conhecimentos e experiências que são necessárias no processo da cooperação ao desenvolvimento, mas também para as transformações sociais tanto no Sul como no Norte. Por outro, permitem aumentar o impacto das nossas acções e permite reforçar o *lobby* para influenciar decisões e defender maior legitimidade do processo. Além disso, permitem obter maiores apoios financeiros e técnicos indispensáveis (por exemplo, quando se recorre a um fundo da União Europeia) para garantir a durabilidade. No entanto, quando essa parceria parte de falsos pressupostos (i.e. ideias e propostas delineadas a partir de modelos *top-down*, cria-se dependência, dificilmente há visão partilhada e o nível de comprometimento é baixo.

### QUAIS AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DESSAS PARCERIAS?

Vejo sobretudo no domínio do reforço do capital humano um dos aspectos mais relevantes das vantagens. A interacção permite melhorar os conhecimentos, as competências, dominar os conceitos, conhecer melhor as vantagens comparativas, os temas em voga, etc... Tudo isto contribui para reforçar os processos de transformação social.

‘A PARCERIA NORTE-SUL JÁ HÁ MUITO DEIXARA DE SER UMA PARCERIA DE DOADOR E RECEPTOR’

### QUAIS AS DIFERENÇAS ENTRE AS PARCERIAS SUL-SUL E AS PARCERIAS NORTE-SUL?

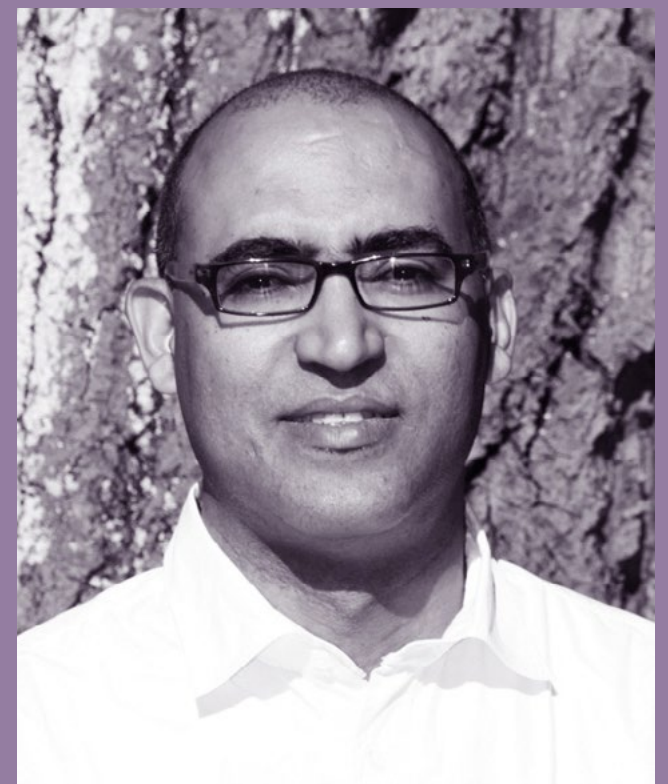
As diferenças maiores podem estar ao nível de apropriação mais rápida do contexto, do modo e comportamento e os sistemas culturais existentes quando do Sul-Sul se trata. De resto, creio que há diferenças substanciais entre os dois. Quando uma parceria é transparente, parte de uma base comum de preocupação e interesses e a probabilidade de sucesso é enorme, seja uma parceria Sul-Sul, seja Norte-Sul. O importante numa parceria é que a visão, a missão, os valores e os objectivos sejam claros e definidos em conjunto.

### QUAL O FUTURO DAS PARCERIAS ENTRE DIFERENTES ONG?

É o caminho necessário, porque juntos temos mais forças, a capacidade de influenciar medidas e decisões é maior. Pelo contrário quando estamos isolados, somos mais vulneráveis, o impacto do nosso trabalho pode não ser muito visível. Porém não é fácil desenvolver parcerias em contextos de crise e de

desconfiança, como o que está a acontecer neste momento na Guiné-Bissau. Porém, é necessário que haja uma mudança de paradigma e de preconceitos no Sul. A parceria Norte-Sul já há muito deixara de ser uma parceria de doador e receptor, de quem traz dinheiro e de quem recebe dinheiro sem nenhuma responsabilização pela utilização do dinheiro. Hoje as parcerias devem ser concebidas um pouco na base de ideologias, de convicção, de “commitment”, senão não resultam em nada. Nós, no Sul, temos que ter uma maior responsabilização na recepção, gestão e utilização dos recursos que vêm do Norte. O *shift* deve concentrar-se no capital humano, no desenvolvimento dos recursos humanos, da tecnologia e do *savoir faire*. Mas esse *shift* deve acontecer no Norte, onde se deve olhar para o Sul não apenas como receptor corrupto, mal preparado. Precisamos de olhar, um para outro, com olho de colaborador e não do coitadinho, pobre de um lado, e doador, portador do saber e mais civilizado do outro.

ENTREVISTA REALIZADA POR E-MAIL.



ALFREDO HANDEM





SEMANA DO DESENVOLVIMENTO. PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD. 2015.

---

## RECURSOS FUDAMENTAIS

Blagescu, M. E Young, J. (2005) *Partnerships and Accountability: Current Thinking and Approaches Among Agencies Supporting Civil Society Organisations*

Brady Josephson, B. (2015) *3 Things Companies Want In Their Nonprofit Partnerships*

Boyea-Robinson, T. (2015) *Nonprofit-Corporate Partnerships: A New Framework*

Castro, J. L., Gonçalves, A. T. (2002) *A Rede Social e o Desenvolvimento Local: Parcerias Sociais e Planeamento Participado*

Cercle de Coopération des ONGD (2013) *Repères Et Outils Pour Des Partenariats Equitables Et Solidaires*

Comissão Europeia (2005) *Guia Para As Parcerias de Desenvolvimento EQUAL*

Compassion Capital Fund National Resource Center *Partnerships: Frameworks For Working Together*

Franklin, T. *How Partnership Works in Development in Practice*

Fowler, A. (2000) *Partnerships: Negotiating Relationships. A Resource for Non-Governmental Development Organisations*

Kramer, P. (2014) *Pine Street Inn and Hopefound: Combining Resources to Provide Long-Term Homes to the Homeless*

Squire, C. (2012) *Partnerships And Capacity Building: A Guide for Small and Diaspora NGOS*

Stengel, G. (2013) *Nonprofit Collaborations: Why Teaming Up Can Make Sense*

The Hitachi Foundation *A Pocket Guide For Nonprofit Leaders: Building Strong Partnerships With Businesses / Maximizing Your Organization's Workforce Development Potential*

## ‘SITES’ DE REFERÊNCIA

*Aliança ODS Portugal / Fundação Calouste Gulbenkian - Parcerias para o Desenvolvimento / Open Government Partnership / Plataforma Parcerias para o Desenvolvimento / Partnerships for SDGs / The Four Lenses Strategic Framework - Private-Nonprofit Partnership Model / The Global Partnership for Sustainable Development Data*

---







# ESTRATÉGIA DE PARCERIAS DO CENTRO NORTE-SUL

MIGUEL SILVA

PROGRAMME MANAGER – GLOBAL EDUCATION DO CENTRO NORTE SUL

O Centro Norte-Sul do Conselho da Europa (CNS-CdE), sediado em Lisboa, promove o diálogo e a aprendizagem intercultural, através de um programa de capacitação dirigido a educadores do sector formal e não formal, e a representantes da sociedade civil, em particular representantes de organizações de juventude e de capacitação das mulheres. Este programa assenta num conceito e numa metodologia específica, a Educação Global (EG), cujos contornos pedagógicos foram delineados em colaboração com educadores e peritos europeus e internacionais.

A estratégia de promoção da educação global desenvolvida pelo CNS segue três eixos, 1) capacitação; 2) disseminação e trabalho em rede, e 3) apoio institucional, com uma lógica de parceria específica a cada um destes eixos:

## CAPACITAÇÃO

Com base no **Guia Prático para a Educação Global**, o CNS dispensa formações de formadores (residenciais) e formações à distância. O processo de elaboração destas ferramentas pedagógicas agregou educadores do sector formais e não formais oriundos de países membros do CdE e do Sul. Todas estas ferramentas foram testadas em fases piloto por profissionais, na mesma lógica de diversidade de profissional e cultural.

As formações de formadores decorrem no âmbito das universidades Juventude e Cidadania Global, organizadas pelo CNS em parceria com organizações de juventude internacionais e regionais. Cada parceiro contribui com uma formação no quadro da universidade, assim como na elaboração das recomendações finais da universidade. Cada universidade recebe em média cinco parceiros, proporcionando uma diversidade pedagógica e cul-

tural e garantido assim a dimensão intercultural do processo de aprendizagem durante os sete dias da universidade.

## DISSEMINAÇÃO

O processo de disseminação da EG assenta numa rede coordenada pelo CNS, cujos coordenadores nacionais representam plataformas da sociedade civil, estruturas educativas ou Ministérios da Educação. Esta rede assegura uma dinâmica de trocas de práticas na área da EG assim como coordena anualmente a Semana da Educação Global em Novembro. A rede é constituída por 40 coordenadores provenientes de países membros do CdE e um coordenador em Marrocos, assim com por quatro plataformas internacionais. Em Portugal, a coordenação é assegurada pela organização OIKOS.

## APOIO INSTITUCIONAL

O O CNS organizou três congressos europeus, em 2002 (Maastricht), em 2012 (Lisboa) e em 2015 (Zagreb), cada um definindo uma estratégia para a promoção, implementação e apoio à EG. As recomendações dos congressos são monitorizadas através de seminários regionais (países Bálticos, Balcãs, Visegrad, e Sudeste Europeu e Mediterrâneo) que juntam, tal como os Congressos, representantes institucionais e profissionais para definir um plano de acção ou uma estratégia nacional. Além do método consultivo (na sua preparação e na definição da agenda) e participativo (na elaboração das conclusões ou recomendações) destes eventos, envolvendo representantes institucionais, peritos e profissionais, o CNS privilegia uma abordagem em parceria com organizações do mesmo cariz, em particular com a CONCORD, o GENE e a UNESCO, de forma a garantir uma abordagem coordenada na área da EG, em particular os Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável (objectivo 4.7) e a Agenda Educação 2030 das Nações Unidas.

A estratégia de parceria desenvolvida pelo CNS nestas três áreas, ao apostar na complementaridade entre os parceiros, assegura uma maior diversificação de temáticas abordadas, um reforço da qualidade pedagógica das suas ferramentas e uma maior eficácia na implementação e no reconhecimento institucional da EG. Ainda que esta abordagem possa tornar os processos mais desafiantes (seja na organização dum evento, na construção de ferramentas ou na elaboração de recomendações estratégicas), ela garante maior impacto pela apropriação alargada das actividades aqui apresentadas.

# PROJECTO SINERGIAS ED E A LIGAÇÃO ENTRE A ACADEMIA E AS ONGD

A EQUIPA DO PROJECTO SINERGIAS ED

O projecto *Sinergias ED: Conhecer para melhor Agir – Promoção da Investigação sobre a Ação em Educação para o Desenvolvimento em Portugal*, surgiu da colaboração entre o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e a Fundação Gonçalo da Silveira, num momento de reflexão sobre o **Relatório de Acompanhamento 2010-2011 da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento**. Estas conclusões davam conta de que as medidas com menor cobertura eram as que diziam respeito à promoção da investigação nesta área. Desta reflexão colaborativa elaborou-se o projeto Sinergias ED, tendo como objectivo principal promover a valorização da Educação para o Desenvolvimento (ED) em Portugal e a qualidade da sua intervenção, criando oportunidades e condições para a ligação entre investigadores e técnicos/educadores/práticos na produção de conhecimento em ED e para a capacitação dos actores envolvidos nesta área. Para isso, a equipa do Sinergias ED dinamizou ligações entre Instituições de Ensino Superior (IES) e Organizações da Sociedade Civil (OSC) e seus respectivos colaboradores, investigadores, docentes e discentes, num processo de aprendizagem, trabalho colaborativo e diálogo em torno da investigação e da acção na área da ED.

De forma a potenciar a produção de conhecimento e de aprendizagens significativas neste domínio, foram contactadas algumas das instituições destes dois terrenos que desenvolvem trabalho em ED em Portugal. Foram inicialmente convidadas a participar 12 IES e 12 OSC, com o objectivo de partilharem a sua experiência e de criarem sinergias necessárias ao trabalho colaborativo, de forma dialogante. Destas, 11 IES e 11 OSC mostraram interesse em aderir à ideia de construção de **trabalhos colaborativos**, alguns dos quais se materializaram em estudos publicados no **terceiro número**

‘A EQUIPA DO SINERGIAS ED DINAMIZOU LIGAÇÕES ENTRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) E SEUS RESPECTIVOS COLABORADORES, INVESTIGADORES, DOCENTES E DISCENTES, NUM PROCESSO DE APRENDIZAGEM’

da revista *Sinergias - Diálogos educativos para a transformação social*. Para as instituições e organizações participantes, incluindo as ligações que não resultaram em estudos, este percurso de aproximadamente dois anos foi caracterizado por aprendizagens significativas em várias dimensões. Segundo o **relatório de avaliação externo**, através destes processos, os participantes manifestaram ter desenvolvido novas aprendizagens a nível pessoal e organizacional, destacando-se as aprendizagens de natureza conceptual, metodológica e relacional, em especial as aprendizagens relacionadas com a colaboração interinstitucional.

‘OS PROCESSOS COLABORATIVOS ENTRE IES E OSC PUSERAM EM DIÁLOGO DIFERENTES RITMOS, DIFERENTES SABERES E DIFERENTES LINGUAGENS’

Os processos colaborativos entre IES e OSC puseram em diálogo diferentes ritmos, diferentes saberes e diferentes linguagens, tendo o projeto Sinergias ED proposto o ambiente necessário para “(...) fortalecer uma cultura de trabalho colaborativo entre instituições diferentes, superando desconfianças e resistências mútuas e aprendendo a conciliar tempos, linguagens, instrumentos, culturas e objectivos diversos” (Relatório de Avaliação Final, 2016). A participação no projeto Sinergias ED teve impacto directo e imediato, identificado pelos participantes, produzindo mudanças significativas quer nas relações de colaboração interinsti-



tucional (gerando iniciativas não previstas com outras entidades participantes), quer ao nível do desenvolvimento individual. Estes mesmos processos colaborativos vão ser aprofundados na atividade de sistematização de experiências que integra a segunda edição do projecto, agora com o nome *Sinergias ED: fortalecer a ligação entre investigação e ação na Educação para o Desenvolvimento* em Portugal, que passou a contar com a participação do CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral como membro da equipa do projecto.

A expectativa inicial do projecto que passava pela criação de condições para a colaboração interinstitucional no âmbito da Educação para o Desenvolvimento, foi ultrapassada, ganhando, segundo as palavras de alguns participantes, os contornos de uma “plataforma” ou “comunidade” de actores de ED. A dimensão do trabalho colaborativo, tanto do lado da equipa de projecto, como da parte das instituições e organizações participantes, ultrapassou as fronteiras do projecto criando sinergias que seguramente não serão só presentes, mas que continuarão no futuro.



ENCONTRO INTERNACIONAL DE REVISTAS CIENTÍFICAS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL. PROJECTO SINERGIAS ED. 2016.

# EMERGÊNCIA HUMANITÁRIA PRECISA DE TRABALHO EM PARCERIA EM PROL DA HUMANIDADE

**CARLA PAIVA**

DIRECTORA EXECUTIVA DOS MÉDICOS DO MUNDO E MEMBRO  
DO GRUPO DE TRABALHO DE AJUDA HUMANITÁRIA E DE  
EMERGÊNCIA DA PLATAFORMA

Portugal, a Europa e o mundo vivem a maior crise humanitária desde o fim da II Guerra Mundial. É tempo de parar, reflectir e definir um plano global que contribua eficazmente para a melhoria da qualidade de vida dos que mais necessitam, quer por se encontrarem em zonas de conflito armado, quer por serem vítimas de catástrofes naturais.

Este plano global tem, forçosamente, que contemplar a questão da coordenação e trabalho em parceria, o que por si só já é um desafio, quer para os governos dos Estados quer para as entidades da sociedade civil que actuam na área da emergência humanitária.

Esta necessidade é uma evidência diária e mundial. Recentemente, o furacão Matthew, o mais forte desde há quase dez anos no Caribe, atingiu o Haiti. Os danos materiais são enormes, mas os danos humanos são gigantescos. Até ao momento foram registadas 900 vidas perdidas. Devido ao sismo de 2010, o Haiti é um país onde a situação já é de extrema fragilidade - 1.179.000 pessoas são afectadas, 60% da população em geral não tem acesso aos cuidados de saúde nas zonas rurais.

Apesar da recente resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relativamente à protecção dos hospitais, na Síria ou no Iémen, infra-estruturas de saúde são atingidas como se de alvos militares se tratassem, numa violação clara da Lei Humanitária Internacional. Após o acordo *UE-Turquia*, a crise dos refugiados continua a fustigar a costa Grega, onde a questão dos

menores não acompanhados (150 só no centro de detenção de Moria na Ilha de Lesbos) passou, ela própria, a ser “uma crise dentro de uma crise”, a pura violação dos Direitos Humanos.

A esperança é renovada, através do trabalho levado a cabo por cidadãos que tomaram consciência, muito antes do que os governos, de que a necessidade de coordenação e trabalho em parceria em situações de Emergência é o caminho que leva ao sucesso do propósito da missão da ajuda humanitária e de emergência - prevenir ou aliviar o sofrimento Humano. O grupo formado exclusivamente por voluntários Sírios, conhecidos como “Os Capacetes Brancos”, são exemplo de como é possível haver coordenação e trabalho em parceria, em prol da Humanidade.

É necessário elevar esta iniciativa ao nível macro e transpor esta consciência e vontade de mudança das políticas para entidades supra estatais como a ONU e UE.

## **QUANDO TOMARÃO OS GOVERNOS ESTA CONSCIÊNCIA?**

Em Portugal, o primeiro sinal que o governo está consciente da necessidade de uma abordagem diferente no contexto da ajuda humanitária, surgiu com a aprovação da “Estratégia Operacional de Acção Humanitária e de Emergência”, apesar da fragilidade que a mesma representa, com a não inclusão das Organizações da Sociedade Civil nesta estratégia, forçando a que estas, em momentos de necessidade de intervenção em situações de emergência, se socorram dos seus meios, quer financeiros quer estratégicos para actuarem, levando a um enorme esforço por parte destas estruturas, e a uma acção inadequada com um correspondente menor impacto, ao invés do que seria de esperar se houvesse uma melhor coordenação e trabalho de parceria entre as Organizações na área da emergência.

---

## **CIMEIRAS E O FUTURO DA ACÇÃO HUMANITÁRIA**

A Cimeira Humanitária Mundial teve lugar em 23 e 24 de Maio de 2016, na Turquia, onde marcaram presença 125 ONG do “Norte” e 375 do “Sul”, o que significa um grande progresso no trabalho que se pretende de fortalecimento das ONG do Sul. Françoise Sivilign, no discurso de encerramento, em representação de todas as ONG, afirmou que “Sem uma transformação radical da relação entre ONG, Nações Unidas e doadores, o mundo não será capaz de lidar com futuras crises”. | A conferência de doadores do Afeganistão, que teve lugar a 4 e 5 de Outubro de 2016, reuniu representantes de 75 países e 26 organizações internacionais. 13,6 mil milhões de euros foram prometidos - entre outras prioridades - para “pôr fim à violência e criar um processo político para a paz duradoura e a reconciliação.”

---







# PUBLICAÇÕES



## BETTER POLICIES FOR DEVELOPMENT 2016

A NEW FRAMEWORK FOR POLICY COHERENCE

por OCDE  
em 2016  
língua INGLESA

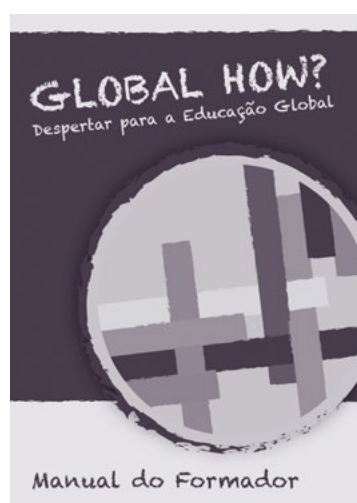
O relatório da OCDE sobre a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento é neste ano dedicado aos esforços de alinhamento da promoção da Coerência de Políticas para o Desenvolvimento, com os desafios e oportunidades lançados pela Agenda 2030 e a implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Inclui ainda contribuições dos Estados-membro sobre os mecanismos institucionais para a implementação da nova Agenda de Desenvolvimento a nível Nacional, tendo um ponto relativo a Portugal.



## SOCIEDADE CIVIL E GOVERNAÇÃO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

por ACEP E A FEDERAÇÃO DAS ONG'S EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE  
em 2016

Este livro reúne as comunicação e discussões da conferência internacional “Sociedade Civil e Governação em São Tomé e Príncipe”, encontro final do projecto Sociedade Civil pelo Desenvolvimento, onde se discutiu o papel da sociedade civil na vida democrática do país, em áreas como a monitoria de políticas públicas, a gestão dos recursos, a advocacia social e a comunicação para o desenvolvimento.

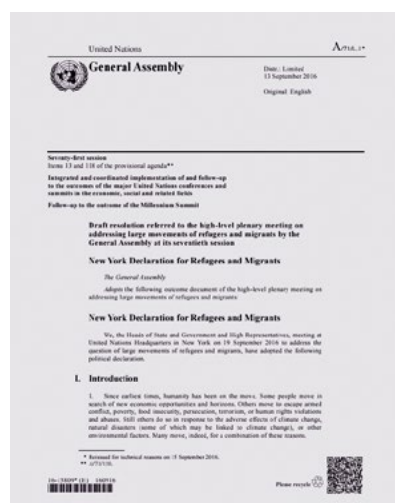


## GLOBAL HOW?

DESPERTAR PARA A EDUCAÇÃO GLOBAL

por VÁRIAS ORGANIZAÇÕES  
em 2016

Este manual do formador é o resultado do projecto “Despertar para a Educação Global”, que decorreu na Alemanha, em Portugal e na Roménia, em resposta à necessidade evidente de uma formação de qualidade dos multiplicadores de Educação para a Cidadania Global (ECG) que operam no seio das Organizações da Sociedade Civil.



## DECLARAÇÃO DE NOVA IORQUE PARA OS REFUGIADOS E MIGRANTES

por NAÇÕES UNIDAS  
em 2016  
língua INGLESA

A Declaração de Nova Iorque é o resultado da Reunião de Alto Nível sobre movimentos em larga escala de Migrantes e Refugiados que decorreu no passado dia 19 de Setembro nas Nações Unidas.



## EVALUATION SYSTEMS IN DEVELOPMENT CO-OPERATION

2016 REVIEW  
por OCDE  
em 2014

Esta publicação aborda uma das temáticas mais discutidas no sector do Desenvolvimento, a Avaliação. A avaliação é reconhecida como uma componente fundamental para a aprendizagem e para a melhoria da eficiência e eficácia do Desenvolvimento. Para além destes aspetos, permite apresentar informação credível e independente das actividades de cooperação e desenvolvimento, o que vai ao encontro das exigências da opinião pública, financiadores e outros *stakeholders*.



## DATNAV

HOW TO NAVIGATE DIGITAL DATA FOR HUMAN RIGHTS RESEARCH

por VÁRIOS AUTORES  
em 2016  
língua INGLESA

Este guia explica como encontrar informação de investigações em Direitos Humanos disponível no universo digital, ou seja, tenta dar resposta a um desafio actual das organizações da Sociedade Civil: como encontrar e utilizar informação credível que possa sustentar o trabalho destas organizações.



AGENDA

D	S	T	Q	Q	S	S	OUTUBRO		
						1	27. LANÇAMENTO DO LIVRO “BIJAGÓS: PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO”   organizado por Tinta-da-China, IMVF e Tiniguena   LISBOA	27. CONFERÊNCIA "HOUSES OF EMPATHY"   organizado por PAR – Respostas Sociais   LISBOA	31. FIM DO PRAZO PARA ASSINATURA DA PETIÇÃO “QUEREMOS UM JOGO JUSTO!”   organizado por IMVF
2	3	4	5	6	7	8			
9	10	11	12	13	14	15			
16	17	18	19	20	21	22			
23	24	25	26	27	28	29			
30	31								

D	S	T	Q	Q	S	S	NOVEMBRO		
		1	2	3	4	5	3-4. SEMINÁRIO INTERNACIONAL “AUTARQUIAS LOCAIS RUMO A 2030: DIÁLOGOS PARA O DESENVOLVIMENTO”   organizado por várias organizações   LISBOA	15-29. FORMAÇÃO EM “PROMOÇÃO E GESTÃO DE PARCERIAS NAS OSC”   Organizado por Plataforma Portuguesa das ONGD   LISBOA	28. DECOLONISING KNOWLEDGE, SUBALTERN EPISTEMOLOGIES   organizado por Centro de Estudos Comparatistas e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova   LISBOA
6	7	8	9	10	11	12			
13	14	15	16	17	18	19			
20	21	22	23	24	25	26			
27	28	29	30				9-10. CICLO DE CINEMA “ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA” (INTEGRADO NA MANIFESTA ‘16)   organizado por ANIMAR e IMVF   GAIA	16. DEBATE “AQUELE OUTRO MUNDO QUE É O MUNDO” – OS MEDIA E O DESENVOLVIMENTO   organizado por ACEP, CEsa, CEIS20 e COOLPOLITICS   LISBOA	30. ESTORIL LOCAL ANSWERS AWARD APOIA PROJETOS – CANDIDATURAS   organizado por Conferências do Estoril
							9-13. MANIFESTA ‘16 – DESENVOLVIMENTO NA DIVERSIDADE   organizado por ANIMAR   GAIA	23. O FADO ACONTECE – 9ª EDIÇÃO   organizado por AIDGLOBAL   LISBOA	

JANEIRO						
12-13. INTERNATIONAL CONFERENCE: ACTIVISMS IN AFRICA   organizado por CEI-IUL   LISBOA						

**ACEP** ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

**ADDHU** ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

**ADPM** ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

**ADRA** ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA

**AIDGLOBAL** ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

**AJAP** ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

**AMU** COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO

**APCD** ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO

**APDES** AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO

**APF** ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

**APOIAR** ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA

**ASSOCIAÇÃO HELPO**

**ASSOCIAÇÃO PAR** RESPOSTAS SOCIAIS

**ATA** ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA

**ATLAS** ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

**BATOTO YETU PORTUGAL** ASSOCIAÇÃO CULTURAL E JUVENIL

**CÁRITAS PORTUGUESA**

**CEAUP/ONGD** CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DAS UNIVERSIDADE DO PORTO

**CHAPITÔ**

**CIDAC** CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL

**CPR** CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS

**EQUIPA D'ÁFRICA**

**EAPN PORTUGAL** REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

**EPAR** DESENVOLVIMENTO, ENSINO FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL

**FCL** FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA

**FEC** FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

**FGS** FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

**FUNDAÇÃO BOMFIM**

**FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT**

**FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O DESENVOLVIMENTO**

**G.A.S. PORTO** GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO

**GRAAL** ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL

**GTO LX** GRUPO DE TEATRO DO OPRIMIDO

**IED** INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO

**IMVF** INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR

**ISU** INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA

**LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO**

**LIGAR À VIDA** ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO HUMANITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO

**MDM – P** MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL

**MENINOS DO MUNDO**

**MG** MEMÓRIAS E GENTES – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA

**MONTE** DESENVOLVIMENTO ALENTEJO

CENTRAL – ACE

**MSH** MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE

**MUNDO A SORRIR** ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES

**OIKOS** COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA**

**ORBIS** COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**PRO DIGNITATE** FUNDAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

**RAIA HISTÓRICA** ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA

**ROSTO SOLIDÁRIO** ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

**SAÚDE EM PORTUGUÊS**

**SAPANA**

**SOLSEF** SOL SEM FRONTEIRAS

**SOPRO** SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO

**TERRAS DENTRO** ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

**TESE** ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

**UMP** UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

**UNICEF** COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF

**URB-ÁFRICA** ASSOCIAÇÃO PARA A COOPE- RAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO

**VIDA** VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO

**VITAE** ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

**VSF** VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL

**WACT** WE ARE CHANGING TOGETHER